

# OS FUZILEIROS NAVAIS

## NO PRIMEIRO REINADO E REGÊNCIA

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira \*



Oficial e praça da Brigada Real da Marinha

Pintura contida no corredor de acesso ao gabinete do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Muito pouco tem sido escrito sobre a atuação dos Fuzileiros Navais nas batalhas que deram ensejo à Guerra de Independência. Apesar de sua história cheia de glórias, percebe-se um largo hiato entre a Batalha de Cayenne em 1808/1809, considerada o batismo de fogo

desta tropa, e a Campanha contra o General Aguirre e Oribe/Rosas, nas Batalhas de Tonelero e Paysandú, ou ainda na Guerra do Paraguai, quando os Fuzileiros Navais foram consagrados nas Batalhas de Humaitá e Riachuelo. Parte disso é uma falta de compreensão quanto ao papel da Brigada Real da Marinha dentro das funções táticas da Armada Imperial, mas também do pouco material disponível a respeito do período.

O sentimento hodierno, de homens que desembarcam em praias hostis contra inimigos armados até os dentes, é um arquétipo bem desenhado sobretudo pela 2ª Guerra Mundial e pelos filmes dela derivados. No Brasil, o papel do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), antiga Brigada Real da Marinha, consistia peremptoriamente no guarnecimento dos armamentos navais, cabendo também o conserto dos vasos de guerra e o desembarque com fuzis, materializando-se nos três “corpos” em que era a Brigada dividida. Considera-se, portanto, que cada navio da Armada Imperial possuía um destacamento de Artilheiros, Artífices/Lastradores e Fuzileiros. Incompreensível, portanto, desatar da história de nossa Armada Imperial a história de nosso Corpo.

O presente artigo tem por propósito apresentar fatos da história do CFN neste período de geração de nossa cultura, que vai de 1808, com sua chegada ao Brasil, até 1845, com o fim do período regencial. Utilizar-se-á como metodologia a revisão bibliográfica, também valendo-se de pesquisa histórica de documentos oficiais da Coroa portuguesa. Conclui-se que o CFN ainda possui largo acervo historiográfico inexplorado, cabendo não apenas uma revisão de suas tarefas históricas (que não mudaram muito no decorrer dos tempos) como de seu papel social.

## ANTECEDENTES PORTUGUESES

Antes de ser estabelecido no fim do século 18, é interessante que se lembre que os Fuzileiros Navais possuem uma história comum com a do Terço da Armada de Portugal, criado em 1621 e utilizado pela primeira vez em 1624 contra os holandeses aqui estabelecidos em São Salvador (Oliveira, 2022; p. 105). Nasceram os Fuzileiros, portanto, como uma tropa de caráter anfíbio e expedicionário desde suas raízes mais antigas, com um nome espanhol, mas sangue português. Seu primeiro comandante foi o Mestre de Campo Dom Francisco d'Almeida e sua ativação esteve diretamente ligada às guerras espanholo-holandesas do século 17, que exigiram uma robusta preparação da Espanha contra a Holanda, obrigando Felipe IV a criar uma tropa que ficaria como “a base de infantaria que constituiria a base de todas as batalhas travadas no Índico, na costa africana e agora na América do Sul” (MATOS, 1999; p. 10)

As tarefas da Brigada Real da Marinha (BRM) estão exaustivamente descritas em seu alvará de criação, bem como a motivação para tal. Formada pelos corpos de Artilheiros Marinheiros, Fuzileiros Marinheiros e Artífices e Lastradores Marinheiros, caberia a ela as tarefas de “guardar as naus e embarcações de guerra, quando postas em completo armamento”; “presidiar e guardar o Arsenal Real, e outros lugares, ou fortes”; “guardar, preparar e conservar os petrechos navais e das mesmas embarcações de guerra, quando desarmadas”, e “trabalharem no mesmo Arsenal” (Portugal, 1797; p. 448). Esta brigada possuía um Estado Maior (Inspetor Geral, três chefes de divisão, três capitães de fragata e dois primeiros tenentes), uma Divisão a dez companhias de Artilheiros Marinheiros (1.770 almas), uma Divisão a doze companhias de Fuzileiros Marinheiros (2.124 praças), e uma Divisão de Artífices e Lastradores a nove companhias de Artífices (1.188 militares) e uma de Lastradores (140 militares). No total, a Brigada Real da Marinha nascia com 5.231 soldados. As Divisões também eram chamadas de Corpo.

Pelo posto do Inspetor Geral (Chefe de Esquadra, o que hoje se equipara a Contra-Almirante, podendo vir a ser um Vice-Almirante, no que seria acrescentado ao soldo de 60\$000 por mês mais 200\$000 por ano) não parece ter tido a BdaRM um início tímido. Sua subordinação era direta ao Secretário de Estado da Marinha e ao Almirantado (o secretário geralmente era um civil, o que explica a dupla subordinação),



**Instruções de formação para mosqueteiros do Terço da Armada de Portugal de 1649**

Fonte: Cutileiro, 1983; p.147

tendo “comando (...) sobre tudo o que pertence ao seu Corpo, à Artilharia de Marinha, às Torres (...), distribuição dos soldados e marinheiros”, além da responsabilidade pelo correto posicionamento e distribuição da “Artilharia, Balla, Metralha Carreta e todos os petrechos da Artilharia” (Portugal, 1797; p. 453.) Também eram sua responsabilidade a proposta de novas tecnologias, as escolas práticas e baterias para exercício. Percebe-se, portanto, que as atribuições do Inspetor Geral eram bastante correlatas com as do atual Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

Parte desta Brigada viria escoltando a família real portuguesa que cá chegou em 1808, dando ensejo à primeira cisma dentro da Brigada, pois que manteve o Corpo de Artilheiros embarcado nos quinze navios de guerra que havia e o Corpo de Fuzileiros Marinheiros seguira para terra, sendo instalado nos alojamentos dos padres beneditinos, próximo ao “Armazém

do Braz de Pina, (...) numa rua que recebeu o nome de Rua dos Quartéis da Armada, posteriormente Rua de Bragança e, posteriormente, Rua Conselheiro Saraiva” (Marques, 1940; p. 7). Nestes alojamentos os Fuzileiros Marinheiros ficariam até o dia cinco de novembro de 1808, quando, comandados pelo Capitão de Fragata James Lucas Yeo (SILVA, 2018; p. 83), da *Royal Navy*, partiram para a capital da Guiana Francesa, sendo ombreados por seiscentos homens da Artilharia do Exército e mais quatrocentos paraenses, estes últimos sob o comando do Tenente Coronel Manuel Marques d’Elvas Portugal. O Batismo de Fogo do Corpo de Fuzileiros Marinheiros foi, portanto, a Batalha de Caiena, cerco que levaria dois meses até a rendição e capitulação da colônia francesa nas Américas.

Na volta de sua expedição de 1809, “a 21 de março, por determinação do Ministro da Marinha, D. João Rodrigues de Sá e Menezes, Conde de Anadia”, e por terem seus alojamentos sido ocupados por “Fidalgos da Corte”, os Fuzileiros Marinheiros seriam instalados na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, onde já funcionava o antigo presídio e as masmorras. Nos treze anos que se arrastam de sua instalação até o início da Guerra de Independência, o Cor-

**A chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, acompanhada pela Brigada Real de Marinha em 1808**

Obra de Alcebiades Miranda de Noronha, atualmente exposta no Salão 7 de Março, na Fortaleza de São José (Ilha das Cobras)



**Desembarque anfíbio em Caiena**  
Pintura de Álvaro Martins

po de Fuzileiros criou diversas tradições ainda hoje vistas pela tropa, como a proibição do uso de toques de corneta para a marcha, “[a]penas se consentindo que nas marchas dos recrutas se lembra a cadência de vez em quando, por meio das vozes – direita, esquerda – e na instrução do pelotão, por algumas pancadas na baqueta, reguladas pelas oscilações do pêndulo” (Marques, 1940; p. 10); a delimitação da velocidade da marcha por passos por minutos (ordinário – 75, dobrado – 108 ou acelerado – 120); e a capacidade expedicionária tendo 625 Fuzileiros rea-





### **Dona Maria I, Rainha de Portugal**

Obra exposta no Salão Sebastopol do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

lizado o desembarque em Maldonado em 1811 e desembarcado em Montevideu e imposto a lei e a ordem nas Províncias do Norte e Nordeste em 1816 (Marques, 1940; p. 12). Este currículo de grandes serviços prestados deu a imagem de fidalguia e lealdade acima das tropas aqui lotadas, tendo sido a única a permanecer diretamente subordinada ao Príncipe Regente em 1811, como “força disciplinada e de confiança” (Marques, 1940; p. 12).

### **ATUAÇÃO NO BRASIL**

Permaneceram no Brasil, portanto, 2.500 militares do Corpo de Fuzileiros Marinheiros, sob o comando do Coronel de Terra e Mar Antônio Maria Bernardo. Foram estes os Fuzileiros que impuseram forte bombarda contra as tropas do General Jorge de Avilez de Souza Tavares, Comandante da Divisão Auxiliadora que se revoltara contra a intransigência de D. Pedro I em não obe-

decer às ordens de Lisboa. O reforço de Avilez, aqui chegado aos 5 de maio de 1821, antes de regressar a Portugal sob os atentos canhões da estrutura de defesa da Baía de Guanabara, deixou para trás 48 Fuzileiros Marinheiros, que prontamente se alistaram no quartel central.

Os bravos serviços prestados ao Brasil forçaram Dom Pedro, de bom grado, a conferir aos Fuzileiros Marinheiros novo nome (Corpo de Artilharia da Marinha), nova organização e novo efetivo, cerca de quatro mil almas assim distribuídas em 7 de setembro de 1822: “54 oficiais, 74 sargentos, 71 cabos, 36 corneteiros (...) 38 músicos e 3.759 soldados artilheiros e fuzileiros”. Deste “efetivo (...) 993 praças nos navios da esquadra (...) e mais 420 nas guarnições das fortalezas e estabelecimentos da Marinha” (Marques, 1940; p. 13). Pela Provisão Petrina de 31 de agosto de 1822, o Corpo de Artilharia da Marinha estaria destinado “à guarnição da esquadra, fortalezas, estabelecimentos navais e portos”.

Foram diversos os desembarques realizados pelos Fuzileiros e, mais ainda, deve-se salientar, o guarnecimento dos petrechos de guerra naval d’outrora, durante nossa guerra de libertação. Cabia aos Fuzileiros, portanto, a

garantia da letalidade dos navios de guerra. Foi com este propósito que um destacamento de Fuzileiros realizou um desembarque (malsucedido) na Bahia em 1823, sendo rechaçado pelas tropas do General Madeira de Melo, em clara superioridade numérica e vantagem tática, denotando seu já existente profissionalismo.

Tendo sido a tática assumida a do bloqueio naval, foram dispostos, nos navios da esquadra, 2.343 Fuzileiros Marinheiros (Marques, 1940; p. 14, 15), que estiveram presentes na Batalha de Salvador/Itaparica e São Luiz sob o comando de Cochrane, Belém sob Grenfell e na perseguição à esquadra



**Rodrigo de Pinto Guedes, o Barão do Rio da Prata, primeiro Inspetor Geral da Brigada Real da Marinha do Brasil**

portuguesa de São Salvador até o Tejo sob John Taylor. Ao todo, a Esquadra de Cochrane ostentava quatrocentos canhões guarnecidos pelo Corpo de Artilharia da Marinha, dos quais 328 dos navios de guerra e 72 dos navios mercantes que foram armados (Silva, 2018; p. 94). Durante a campanha da Cisplatina (1825-1827), o “Teatro de Operações abrangeu o estuário do Prata, os Rios Uruguai, Paraná, Paraguai e as Costas da Patagônia (...) os navais tiveram pesadas baixas”. Foram realizados diversos desembarques nas margens dos rios e no sul da Argentina.

Os Fuzileiros Marinheiros, depois deste evento, passaram à sua comum tarefa de guarnecer navios e instalações navais, nunca sendo esquecidos, contudo, quando da necessidade de guarnecer o que hoje é conhecido como atividades benignas ou de emprego limitado da força. Um destacamento de fuzileiros “ostentando flores nos canos das armas e fitas verde e amarelas nos braços” formou no Cais do Faroux (Arco do Telles) para “prestar continência à Princesa Dona Amélia” quando de sua chegada em casamento com D. Pedro I. O mesmo seria observado quando da sagração do herdeiro do primeiro monarca, quando a tropa se postou na Rua Direita.

Em 1831, durante os levantes contra D. Pedro I, os Fuzileiros ficaram encarregados do “policiamento do quarteirão compreendido entre as Ruas Direita e Leitoeiros”, o que não impediria que o próprio Corpo fizesse sua revolta, insuflados pelo político nordestino Cipriano Barata. Na noite das garrafadas foram três mortos e quatorze feridos da tropa de mar. Foram também utilizados no combate ao tráfico negreiro, ilegal desde 1830, compondo, assim, importante papel na repressão deste ilícito, havendo ademais “bases” estabelecidas em “Guaratiba, Ponta da Pedra, Sepetiba e Angra dos Reis”. Treze anos mais tarde, os Fuzileiros seriam utilizados para apaziguar “conflitos entre praças de terra e mar por causa das mulheres que ali habitam”, no perímetro que hoje abarca do sopé do Mosteiro de São Bento até a Candelária. O fim do Corpo de Artilharia viria pela Lei nº 1.587 de 3 de outubro de 1847, passando a ser chamado de Corpo de Fuzileiros Navais, com um total de “46 sargentos, 34 cabos, 39 músicos, 20 corneteiros, 10 tambores e 1.716 artilheiros fuzileiros” (Marques, 1940; p.21).

## CONCLUSÃO

Durante sua existência, o Corpo de Fuzileiros Navais desempenhou papel de grande relevân-

cia nos principais momentos de nossa história. Sua atuação nas batalhas navais (no guarnecimento dos petrechos dos navios, nos desembarques e na guarda das instalações navais), nas atividades representativas e nas de emprego limitado da força permanecem como baluartes a guiarem nossas atitudes hodiernas.

Durante o reinado de D. Pedro I e o Período Regencial, conviviam na Ilha das Cobras cerca de quatro mil almas, sem luz ou saneamento básico moderno como o conhecemos, com uma rotina de extenuantes exercícios para fortalecimento das pernas e braços e aumento da acurácia no tiro e um código disciplinar espartano, o que explica, em parte, a dificuldade para achar voluntários que servissem ao Corpo. Fica, contudo, bastante evidente, que já fazia parte da sociedade carioca (e brasileira) a figura do Fuzileiro Naval em desfiles, shows de bandas de música e em momentos de imposição da ordem pública.

Mais atuante foram os Artilheiros Marinheiros durante as batalhas da Independência, Cisplatina e campanhas regenciais. Poucos desembarques foram feitos durante esses eventos (Salvador/Itaparica, o bombardeio ao General Avilez, Maldonado e Montevidéu, o papel de apresamento de belenenses revoltosos no “Palhaço” de Grenfell, Confederação do Equador e nas Sabinada e Balaiada), fruto da tática de bloqueio utilizada por excelência. Por certo, as glórias que viriam durante o segundo período petrino encheriam de orgulho o Corpo, a Armada Imperial e os brasileiros. ■

## REFERÊNCIAS

- PAULA, E. S. de. Pequena nota sobre o papel da marinha imperial no processo de independência. *Revista de História*, [S. l.], v. 46, n. 94, p. 433-437, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132001>>. Acesso em: 8 maio. 2023.
- PORTUGAL. *Álvara de 28 de agosto de 1797 que cria a Brigada Real da Marinha*. Disponível em <<https://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/2/97/p478>> Acessado em 14 de maio de 2023.
- MARQUES, Anthero José. *Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais*. Duque de Caxias-RJ: Imprensa Naval, 1940.
- MATTOS, J. Semedo de. O Terço da Armada da Coroa de Portugal. *Revista da Armada*, p. 09-10. Julho de 1999.
- OLIVEIRA, Edson de. O Terço da Armada. *Revista Âncoras e Fuzis*. v. Conceitos Emergentes: A Inovação no Campo de Batalha. n. 52. Rio de Janeiro, 2021.

---

\* Capitão de Corveta (FN), Oficial de Gabinete, Encarregado do Museu do CFN